



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001642-83.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Daniel Bonfim Barreto**
 Requerido: **Lourival Raymundo Dias**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que o evento aconteceu na Rodovia Washington Luis e que na ocasião o tráfego estava lento em decorrência de outro acidente lá verificado.

O veículo do réu abalroou a traseira do do autor e este, ato contínuo, foi por isso arremessado para a frente, atingindo um terceiro.

Assentadas essas premissas, o acolhimento parcial da pretensão deduzida é de rigor.

Com efeito, em situações como a trazida à colação, existe a presunção de responsabilidade do condutor do veículo que colide contra a traseira daquele que segue à sua frente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É nesse sentido o entendimento jurisprudencial:

“CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO PELA TRASEIRA. PRESUNÇÃO DE CULPA DO MOTORISTA QUE ABALROA POR TRÁS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DOUTRINA. REEXAME DE PROVA. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. Culpado, em linha de princípio, é o motorista que colide por trás, invertendo-se, em razão disso, o "onus probandi", cabendo a ele a prova de desoneração de sua culpa" (STJ - REsp 198196/RJ - 4a Turma - Relator Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO - j. 18/02/1999).

“RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - COLISÃO NA TRASEIRA - PRESUNÇÃO DE CULPA NÃO ELIDIDA - RECURSO IMPROVIDO. O motorista de veículo que vem a abalroar outro pela traseira tem contra si a presunção de culpa. Não elidida tal presunção, impõe-se a sua responsabilização pela reparação dos danos causados" (TJSP - Apelação sem Revisão nº 1.016.560-0/0 - 26a Câmara da Seção de Direito Privado - Relator Des. RENATO SARTORELLI).

Na espécie vertente, a responsabilidade do réu transparece clara porque ele não trouxe aos autos elementos consistentes que pudessem eximir sua culpa pelo acidente.

Nada está a indicar que não teria visibilidade dos outros automóveis que estavam à sua frente e a circunstância da pista estar molhada atua em seu desfavor porque exigia maior cautela na condução de seu automóvel.

Já a eventual frenagem repentina do autor não contou com o respaldo de um indício sequer a patenteá-la, mas ainda que estivesse comprovada encerraria fato plenamente previsível, de sorte que poderia ser evitado o embate se o réu tivesse obrado com o cuidado necessário, mantendo regular distância do veículo do autor.

Amolda-se com justeza o magistério de **ARNALDO RIZZARDO** sobre a matéria:

“Mantendo uma regular distância, o condutor terá um domínio maior de seu veículo, controlando-o quando aquele que segue na sua frente diminui a velocidade ou para abruptamente (...). Sobre a colisão por trás, (...) em geral, a presunção de culpa é sempre daquele que bate na traseira de outro veículo. Daí a importância de que, na condução de veículo se verifique a observância de distância suficiente para possibilitar qualquer manobra rápida e brusca, imposta por súbita freada do carro que segue à frente" ("n" Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro, RT, 5a ed., p. 148, nota ao art. 29).

Essa orientação aplica-se à hipótese dos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não se pode olvidar, por fim, que a testemunha Luciane de Andrade destacou que o réu imprimia então velocidade excessiva ao automóvel que dirigia, bem como que ela e a testemunha André Roberto de Andrade asseveraram que o mesmo aparentava estar embriagado.

Aliás, o Boletim de Ocorrência lavrado apontou para a mesma direção (fl. 16).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que se contrapusessem a eles, firma segura convicção de que o réu foi o responsável pelo acidente noticiado, devendo reparar os danos suportados pelo autor.

A extensão da indenização, porém, não poderá ser a pleiteada.

Quanto aos danos materiais, deverá ser tomado em consideração o orçamento de fl. 44 porque encerra valor inferior ao de fl. 45, nada justificando que o último prevalecesse.

As peças elencadas no orçamento são compatíveis com a situação do automóvel do autor, na esteira das fotografias de fls. 26/43, não se podendo conceber que os danos foram de pequena monta.

Outrossim, é evidente que o réu deve arcar com os custos para a reparação da parte frontal do automóvel do autor porque eles somente aconteceram por sua culpa ao fazer com que fosse lançado contra o veículo que estava à sua frente.

Solução diversa aplica-se ao pedido que toca à depreciação do automóvel porque o autor não produziu prova consistente de sua ocorrência em face do conserto efetivado, cumprindo realçar que nos dias de hoje os recursos utilizados por diversas oficinas tornam no mais das vezes imperceptível a realização dos reparos a uma pessoa mediana.

A jurisprudência já firmou esse entendimento ao manifestar-se sobre o assunto:

“Afasta-se, contudo, a depreciação, pois, tratando-se de veículo de fabricação nacional, as peças são substituídas, mantido o estado anterior ao acidente” (Extinto 1º TACSP, Ap. 332.685, rel. **MARCUS VINÍCIUS**).

“Com a reposição de peças no veículo acidentado, inexistente qualquer desvalorização, porque o reparo é feito de modo a não deixar qualquer sinal de anterior colisão. Somente poder-se-ia admitir a alegada desvalorização se devidamente comprovada através de prova que demonstrasse, de forma indubitável, a perda sofrida pelo autor após os reparos feitos no veículo” (Extinto 1º TACSP, Ap. 326.384, rel. **GUIMARÃES E SOUZA**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não se cogita de igual modo em danos morais passíveis de ressarcimento.

Nada faz supor que o autor experimentou abalo de vulto ou teve sofrimento excepcional indispensáveis à sua configuração, de sorte que esse pedido também não vinga.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 8.050,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2015 (época da elaboração do orçamento de fl. 44), e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**